

A DECLARAÇÃO DE HARARE

Um novo movimento de dívida para tornar a África um criador de regras, não um tomador de regras

Acordado e aprovado no dia 27 de agosto de 2021



PREÂMBULO

A Conferência Africana inaugural sobre Dívida e Desenvolvimento (AfCoDD) está decorrendo num momento em que o acesso dos países africanos ao financiamento do desenvolvimento foi restringido pelo início da pandemia de saúde global. Embora muitos países em desenvolvimento já tenham sido classificados como enfrentando crises de dívida antes da pandemia, a natureza dessa dívida foi ainda mais complicada pela pandemia, num novo cenário que apresenta riscos ainda maiores.

À luz destes desafios, existe uma necessidade de um 'Novo movimento da dívida' e uma nova perspectiva para as questões de mobilização de recursos internos e mecanismos de financiamento do desenvolvimento internacional no continente africano. Essa nova direção é ainda justificada pelo contexto em evolução da pandemia de covid-19 e os choques inesperados que expuseram as fraquezas do sistema financeiro internacional e aumentaram as vulnerabilidades dos países em desenvolvimento a empréstimos insustentáveis e de baixa qualidade para enfrentar os desafios atuais. Além disso, parte dos desafios da África reside na luta do status quo neoliberal para se preservar. Isso aumentou a necessidade da sociedade civil de mobilizar, organizar e despertar a advocacia sobre a dívida e influenciar os decisores políticos a nível nacional e regional sobre a gestão prudente da dívida e o investimento equitativo nos serviços públicos

O AfCoDD inaugural teve lugar no contexto da pandemia global Covid-19 que irá:

- i. Levar aproximadamente 39 milhões de africanos à pobreza extrema em 2021;
- ii. Levar à nossa geração jovem sobrecarregada com o peso da dívida acumulada hoje, enquanto restringe o acesso ao financiamento futuro para abordar aos déficits de infraestrutura - um oxímoro para "a população jovem da África sendo um motor para a transformação estrutural".
- iii. Levar os governos a priorizar o serviço da dívida em vez da proteção de vidas e meios de subsistência

Tendo em vista o contexto prevalecente,

Nós, os cidadãos da África de todas as sectores da vida, origens, religião, gênero, nacionalidades, nos reunimos entre 25 e 27 de agosto de 2021 na Conferência Africana inaugural sobre Dívida e Desenvolvimento (AfCoDD), tanto virtualmente quanto em 9 países africanos, e notamos com gravidade diz respeito ao risco de assistir uma outra crise da dívida, como a que se revelou no final dos anos 1980 e 1990, e à necessidade de aprender com os erros cometidos na altura.

Nós, representantes da sociedade civil, mídia, academia, parceiros de desenvolvimento, governo, parlamentares, estudantes e cidadãos, que participaram no AfCoDD inaugural, observamos ainda:

1. O acesso ao financiamento do desenvolvimento foi restringido pelo início da pandemia global da saúde. A natureza da dívida dos países em desenvolvimento é muito mais complexa do que no passado, com um novo cenário que apresenta maiores riscos. Uma parte crescente da dívida pública é agora composta por obrigações comerciais negociadas nos mercados de capitais internacionais. Nos últimos anos, o panorama oficial dos credores mudou consideravelmente.
2. Uma arquitetura financeira global quebrada que lucra com a dívida existe desde os processos dos Países Pobres Altamente Endividados (HIPC) e da Iniciativa Multilateral de Alívio da Dívida (IMAD). Tem havido muito pouco movimento para promover a reforma da arquitetura da dívida e seus atores, como o comportamento do mercado de crédito, agências de notação de crédito, mecanismos de arbitragem e mediação para reestruturação, cláusulas salvaguarda em contratos de dívida. Esse sistema tem permitido que o endividamento sistemático de alguns países do continente contraia empréstimos em níveis arbitrários com pouca responsabilidade, ao lado da exclusão sistemática de muitos outros países de doações e financiamento concessional para investir no seu futuro.
3. Uma narrativa injusta da dívida soberana que dá maior prioridade ao cumprimento dos interesses dos credores em detrimento da justiça social e ambiental. Os principais impulsionadores dessa narrativa incluem os quadros atuais em que o FMI confia para avaliar a sustentabilidade da dívida dos países, juntamente com as notações realizadas por agências de notação de crédito privadas. Por causa das falhas dentro desses quadros, muitos países devedores foram avaliados quanto ao seu potencial para sustentar suas dívidas com base exclusivamente em sua capacidade de pagar seus credores, mas sem qualquer consideração das compensações sociais e ambientais que tiveram que fazer para cumprir essas obrigações.
4. O retorno sobre o investimento dos recursos da África, incluindo instrumentos financeiros, como dívida, não estão rendendo a mobilização de receitas fiscais para estimular o desenvolvimento sustentável, bem como a transformação econômica e social.
A maioria dos investimentos financiados por dívida na África são deficitários ou têm longos períodos de rendimento. Por exemplo mega-infraestruturas, que no curto prazo transferem as pressões fiscais imediatas sobre a estreita base tributária prevalecente no continente.
5. A dívida atual e a arquitetura financeira não estão funcionando para a África e seus cidadãos. Mais especificamente, a arquitetura atual fortalece as tendências patriarcais que resultam no aprofundamento da desigualdade e marginalização das mulheres, expondo-as desproporcionalmente aos caprichos das crises econômicas e sociais, como a pandemia global mostrou.
6. O aumento da juventude africana como um motor para a agenda de transformação estrutural do continente corre o risco de ser uma oportunidade perdida devido a estar sobrecarregado com dívidas acumuladas hoje, ao mesmo tempo que pode ser impedido de acessar o financiamento que é desesperadamente necessário para investir no seu futuro - especialmente financiamento de doações e concessões para déficits de infraestrutura, estimulando cadeias de valor regionais, empregos na indústria e muito mais. A juventude ainda arcará com o peso não apenas do fardo de um futuro hipotecado, mas também de um grupo sobrecarregado para pagar esse fardo da dívida.

7. Os esforços de IMAD da África são prejudicados por uma arquitetura econômica e financeira que promove a transferência de lucros, comportamento agressivo de planejamento tributário corporativo, incentivos fiscais excessivamente generosos e fluxos financeiros ilícitos. A arquitetura atual, portanto, falhou em lidar com esses comportamentos generalizados que levam a um ciclo perpétuo de quebras de receita tributária, investimento deficiente no crescimento econômico e criação de empregos agravados pelo acúmulo de dívida. A IMAD é essencial para a África quebrar este ciclo de carga de dívida insustentável que, na maioria das vezes, é transferida para os cidadãos na forma de impostos regressivos, opacidade, corrupção e responsabilidade limitada.
8. A interação e participação de África na economia global são afetadas pelos seus parceiros através dos seus acordos de financiamento. As finanças públicas internacionais (FPI) geralmente se concentram na assistência oficial ao desenvolvimento (AOD), tradicionalmente enraizada na relação colonial, pós-colonial e neocolonial entre o norte global e o sul global. Esta interação tem, há décadas, sido distorcido no sentido de fortalecer a dependência da África das antigas potências coloniais. E embora os instrumentos financeiros tenham evoluído, também evoluíram as dimensões da economia política, dando origem ao capitalismo patrocinado por doadores às custas de bons investimentos públicos e do fortalecimento do contrato social.
9. O ecossistema do FPI deve complementar o menu de finanças para a agenda de transformação estrutural da África, no entanto, os interesses políticos que impulsionam a interação do continente neste ecossistema estão resultando em uma importante fonte de endividamento. Tornou-se parte de uma nova onda de financiamento do desenvolvimento extractivo no contexto africano, por exemplo, o uso e a proliferação de Empréstimos com Base em Recursos que garantem os recursos naturais para o financiamento da dívida.

Em vista das observações, nós, os participantes e parceiros durante o AfCoDD inaugural, observamos com grande preocupação:

1. As iniciativas atuais de alívio da dívida, reestruturação e redefinição de perfil não vão longe o suficiente para abordar as questões estruturais e sistêmicas da arquitetura da dívida global entre elas
 - i. Transparência, governança e responsabilidade na contração da dívida;
 - ii. participação significativa dos cidadãos e de todas as partes interessadas na contração da dívida a nível nacional; e
 - iii. fracas práticas de gestão das finanças públicas que tornam a dívida susceptível de uso indevido.
2. As medidas atuais de alívio da dívida em vigor permanecem inadequadas para abordar às necessidades fiscais imediatas dos países em desenvolvimento de rendimento baixa e média; e a reforma estrutural de longo prazo da arquitetura global da dívida, dada a evolução do cenário de credores e a proliferação de instrumentos de dívida. As iniciativas atuais são ainda prejudicadas pela falta de participação plena de todos os credores, ou seja, Instituições Financeiras Internacionais e Credores Comerciais e Privados.
3. A falta de compromisso das Instituições Financeiras Internacionais (IFIs) e dos credores comerciais e privados em se comprometerem totalmente a fazer parte de uma solução sustentável para a crise da dívida prolongará a profundidade da crise prevalecente e prolongará ainda mais o período de recuperação do continente.
4. A estrutura de poder de tomada de decisão global ainda permanece desequilibrada com uma minoria fazendo as regras para a maioria. Este desequilíbrio de poder realmente tem a ver com reconstruir melhor, ou seja, reconstruir onde a desigualdade permanece; reconstruir onde os países em desenvolvimento permanecem sem voz no desenvolvimento de políticas globais; reconstruindo para consolidar as estruturas de poder neoliberais e neo-coloniais que perpetuam a dependência, a pobreza e os lucros da crise.
5. Sem tomar medidas arrojadas para resolver a crise da dívida juntamente com o défice da dívida, a Agenda 2063 da União Africana, incluindo a industrialização e o aumento do comércio intra-africano não pode ser alcançada.



Portanto, apresentamos a esta Conferência Africana sobre Dívida e Desenvolvimento para adoção, a Declaração de Harare que:

1. Prioriza pressionar nos níveis nacional, continental e global para a reforma da arquitetura global da dívida de uma maneira que iguale os processos de contração de empréstimos – incluindo a reforma dos quadros de sustentabilidade da dívida e avaliação de notações de crédito. O estabelecimento de um Mecanismo Africano de Responsabilidade atuará como a base para uma maior transparência, responsabilidade e governança da arquitetura da dívida da África. ”
2. Os governos africanos lideram em desenvolver uma posição e consenso comum africano sobre a dívida soberana que procura superar definitivamente a natureza angustiada da dívida soberana, especialmente porque foi adquirida e justificada por um consenso neoliberal inconsistente com os interesses dos cidadãos africanos. Instamos os governos africanos a considerarem medidas como o cancelamento da dívida com seriedade e, se necessário, incumprimento coletiva como parte desta nova posição e consenso africana sobre a dívida soberana africana, acelerando a construção de novas instituições regionais, como o Fundo Monetário Africano Banco Africano de Desenvolvimento e um Banco Africano de Investimento – para aumentar a independência financeira africana.
3. Insta os governos a trabalharem com as suas legisladores nacionais para fortalecer os quadros jurídicos nacionais para garantir a transparência e a responsabilização nas negociações, empréstimos e gestão de dívidas soberanas, conforme abraçado na Carta Africana sobre Empréstimos.
Exortar a União Africana a fortalecer a aprendizagem coletiva e a coordenação em torno dos resultados da negociação da dívida, incluindo taxas de juros, prazo de tolerância e cláusulas ambientais, trabalhistas e outras que afetam as vidas africanas.
4. Adota, como parte de abordagens alternativas, uma lente feminista para a pesquisa, análise e formulação de políticas macroeconômicas; uma recuperação ecológica liderada e derivada de África que está em tandem com a Agenda 2063 da União Africana; o resgate do dinheiro como meio de intercâmbio social e não o do endividamento
5. Recupera o contrato social que encarna a relação entre o cidadão e o estado, e onde o poder está com as pessoas como titulares de direitos e a responsabilidade passa a ser responsabilidade do estado como portador de dever
6. Endossa o apelo à conferência para que a África seja um criador de regras e não um tomador de regras



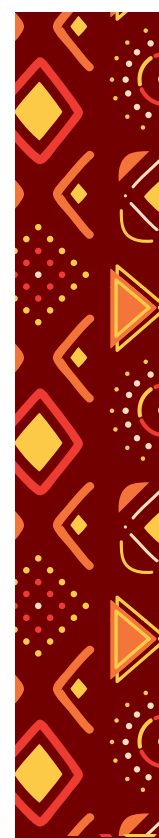
Endossado por:

1. 21st Century Community Empowerment for Youth and Women Initiative, Nigeria
2. Africa Network for Environment and Economic Justice (ANEEJ)
3. Budget Advocacy Network, Sierra Leone.
4. Civil Society SDGs Campaign GCAP, Zambia.
5. Community empowerment for transformation action - west Nile (CEFTRA-WN), Uganda.
6. East African Tax and Governance Network (EATGN)
7. Equality Rights Africa Organisation
8. Fundación Alternativas, Spain.
9. Jamaa Resource Initiatives, Kenya.
10. Jubilee Debt Campaign, UK.
11. Nawi - Afrifem Macroeconomics Collective
12. Oxfam Pan Africa Programme
13. PAWA 254 / Initiative Kenya
14. PolicyHouse international
15. Southern and Eastern Africa Trade Information and Negotiations Institute (SEATINI)
16. Tanzania Coalition on Debt and Development (TCDD)
17. Watoto Vision on Africa (WVA), Rwanda.
18. Zimbabwe Coalition on Debt and Development (ZIMCODD)
19. Center for Economic Policy and Priorities (CIPP) Rwanda
20. Okoa Uchumi Campaign
21. ONE Africa
22. The Consumer Unity and Trust Society (CUTS) Lusaka
23. The Institute for Social Accountability (TISA)
24. The Stop the Bleeding Campaign
25. Uganda Debt Network
26. Youth for Tax Justice Network (YTJN)
27. Tryphine - Zimbabwe.
28. Clemence Tauya Nhliziyo, Zimbabwe.
29. Johnstone Wangai - Radio Pamoja, Kenya.
30. Abu Bakarr Kamara - Budget Advocacy Network, Sierra Leone.
31. Alex Muyebe - JCTR, Zambia.
32. Aloysious Kittengo - SEATINI, Uganda
33. Alvin Mosioma - Tax Justice Network Africa, Kenya.
34. Amadou Tidiane Barry - Action mines, Guinée.
35. Amb Ruth Ukeme - Reachout and smile initiative for social empowerment-, Nigeria.
36. Annah Mushunje - AFRODAD, Zimbabwe.
37. Appolinaire Nishirimbere - Initiative Citoyenne pour l'Environnement et le Développement Durable (ICED), Burundi.
38. Asajile Mwakyusa - Research Voice Tanzania, Tanzania.
39. Atel Ongee Paito - The Center for Budget and Policy Accountability (CBPA), South Sudan.
40. Beain Jareth - Croset, Chad.



Endossado por:

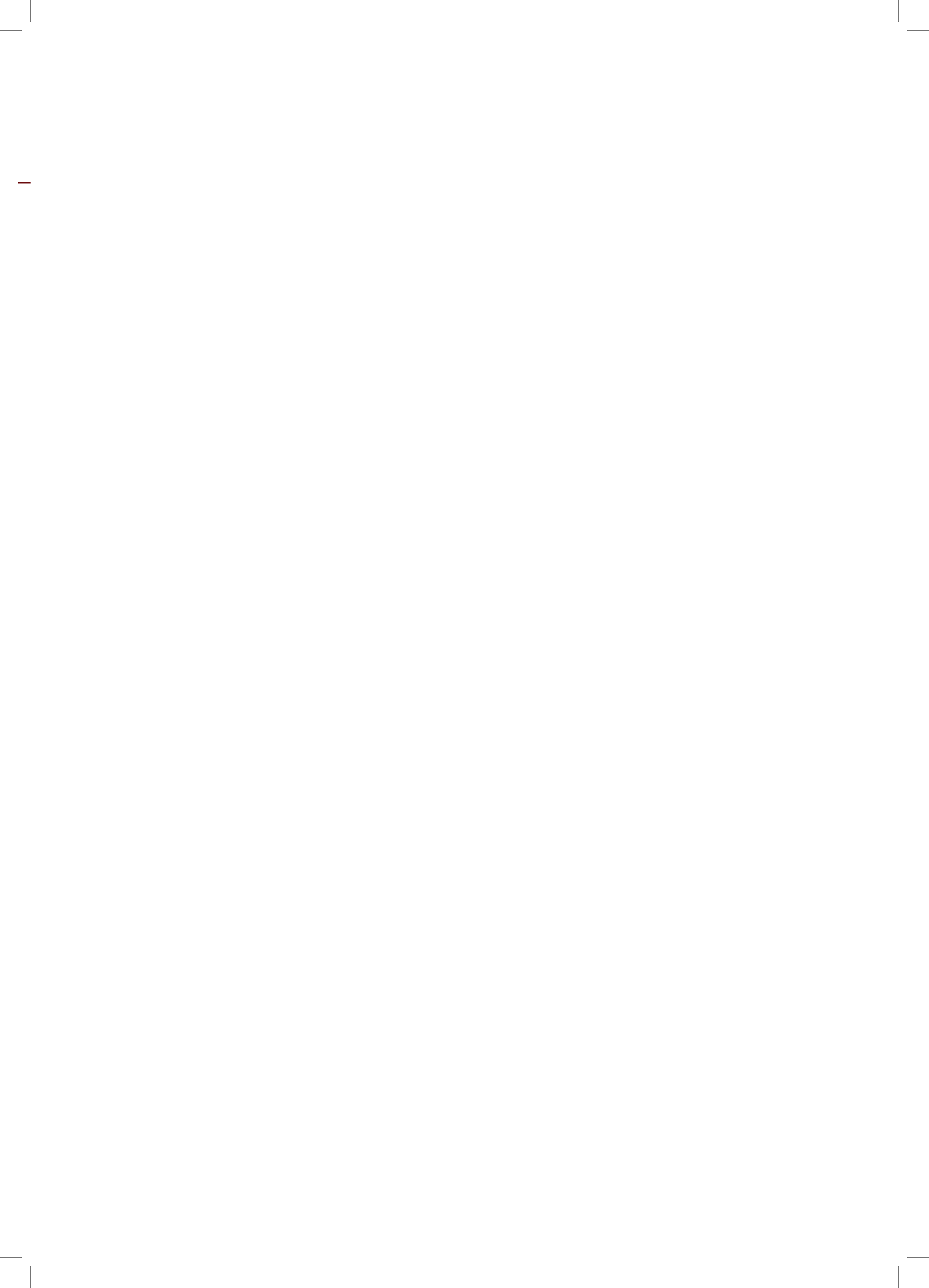
41. Blandina Zammimba - Ladies in Tertiary Education, Malawi.
42. Boyd Muleya - Centre for Trade Policy and Development (CTPD), Zambia.
43. Brenda Nasanga - Africa Freedom of Information Centre, Uganda.
44. Buba Khan - ActionAid International, Gambia.
45. Chioneso Samantha Kanoyangwa - ZIMCODD, Zimbabwe.
46. Darlington - ZIMCODD, Zimbabwe.
47. David Mandi-- Student, Kenya.
48. Dominee B. Ndlovu -DBN AND COMPANY (PTY) LTD, South Africa.
49. Dr Khanyisile Litchfield- Tshabalala, APNIFFT, South Africa.
50. Eddy Otieno Ochola, Kenya.
51. Edson Mukaro - EFZ, Zimbabwe.
52. Edward K Brown - African Center for Economic Transformation, Ghana.
53. Esmeralda Chiyaka Direito - Sindicato de jornalistas ANGOLANOS RÁDIO ECCLESIA, Luanda.
54. Felogene Anumo - Thousand Currents, Kenya.
55. Fredrick Njehu - Christian Aid, Kenya.
56. Gabriel Mangule - Center for Democracy and Development (CDD MOZ), Mozambique.
57. Gladys Madara - Trust Africa, Zimbabwe.
58. Godfrey Kabera, Rwanda.
59. Grace Hara - National Initiative for Civic Education, Malawi.
60. Haika Adoncome Mcharo - Tanzania Coalition on Debt and Development (TCDD), Tanzania.
61. Hebron Mwakagenda - Tanzania coalition on debt and development, Tanzania.
62. Hope Jaricha - Chiedza Child Care Centre, Zimbabwe.
63. Isabel Ortiz - Global Social Justice, Switzerland.
64. Ivan Ssenyonjo - Nation Media, Uganda.
65. Jane Mwabulambo- TCDD, Tanzania.
66. Jennifer Lipenga - For Equality, Malawi.
67. John Oduk - Southridge Analytica, Kenya.
68. Jokoniah Mawopa - ZCTU-FFAWUZ, Zimbabwe.
69. Joyce Owino Ochieng - Kenya.
70. Kabore Zoewendebem Elie - Publiez ce que Vous payez, Burkina Faso.
71. Kamal Ramburuth - Institute for Economic Justice, South Africa.
72. Keiso Ruth Mohloboli - Kingdom Digital News, Lesotho.
73. Keith Mushininga - Efmade Solutions, Zimbabwe.
74. Kidani - CHDI, Tanzania.
75. Kirsten Nicolas Nzungu, Burundi.
76. Kondwani Mwendo - Change 4 us, Malawi.
77. Kristine Yakhama - Good Health Community Programmes, Kenya.
78. Lauren Johnston - New South Economics, Germany.
79. Leonard Mabasa- Buhera Residents Network Trust, Zimbabwe.
80. Leonard Wanyama - EATGN, Kenya.
81. Lorraine chiponda - Africa coal network, Zimbabwe.
82. Luyanda Ngundze - Urban Econ, South Africa.



Endossado por:

83. Mahendranath Busgopaul - Halley Movement , Mauritius.
84. Mainimo Etienne Mengnjo - The Post Newspaper, Cameroon.
85. Mame Abdou Gaye CASSET - Emedia Invest Group , Senegal.
86. Manuel Pembele Mfulutoma - AJUDECA , Angola.
87. Marie-Louise Aren, Nigeria.
88. Martin Tsounkeu - Africa Development Interchange Network (ADIN), Cameroon.
89. Mercy Khalayi - Volunteer, Kenya.
90. Michael Cronin - International Federation of Social Workers, USA.
91. Micheal Fredrick Ssenoga - Action Aid International, Uganda.
92. Morgan Tatsvareyi - Zimbabwean Students for Liberty , Zimbabwe.
93. Mwaka Nyimbili - Centre for Trade Policy and Development, Zambia.
94. Nancy Abisai - EAC, Kenya
95. Nater Akpen - Benue State University, Nigeria.
96. Ndirangu Ngunjiri - Watermark Consultants, Kenya.
97. Ndongo Mané Kebe - LAREM/FASEG/UCAD, Senegal.
98. Nelly Mwendu, Kenya.
99. Nbarashe Hunzwi- SEJA, Zimbabwe.
100. Tafadzwa Chikumbu- Transparency International Zimbabwe, Zimbabwe.
101. Taurai Admorah Chiraerae - Zimbabwe.
102. Tinashe Roson Mujuguna Ndungú - African Economic Research Consortium, Kenya.
103. Noël Konan - Journaliste Free-Lance,Côte d'Ivoire.
104. Patrick Kamotho - East Africa Climate Change Network, Kenya.
105. Paula Monjane - Civil Society Capacity Building Center, Mozambique.
106. Pier Ferdinando Cinotto - Peking University ,Italy.
107. Rachel Jambo - Zimbabwe.
108. Rama Omonya - Oxfam, Uganda.
109. Rangarirai- PALU, Tanzania.
110. Richard Kamidza - RRR Research Consultancy Services,South Africa.
111. Rutendo Shoko - Zimbabwe.
112. Saied Tafida - Transparency in Totality - FollowTaxes,Nigeria.
113. Sewagegnehu Dagne Taye - Pragma Investment Advisory,Ethiopia.
114. Sheryl Tendai Chigwedere - ZIMCODD,Zimbabwe .
115. Shila Salim - Youth for sustainable development, Kenya.
116. Shirleen Regina Olalo - Kenya.
117. Simzama - Manica Youth Assembly, Zimbabwe.
118. Tirivangani Mutazu - AFRODAD, Zimbabwe.
119. Tsaurai Kambunda - Oxfam Southern Africa, Zimbabwe.
120. Tumwebaze Patrick - Uganda Debt Network,Uganda.
121. Willings Miriri- Willy Business Solution PVT, Zimbabwe.
122. Willson Chivhanga - Art and Global Health Center Africa, Malawi
123. Yenwo Vanisa Nozienwo- Cameroon.
124. Youngerson Matete - Project Vote 263 & Zimcodd (Seja), Zimbabwe .
125. Zegui Alida Sephora - RTI, Côte d'Ivoire.







**AFRICAN FORUM AND NETWORK
ON DEBT AND DEVELOPMENT**

31 Atkinson Drive, Hillside,
PO Box CY1517, Causeway, Harare, Zimbabwe,
Tel: +263 4 778531/6, +263 2912751-4
Email: info@afrodad.org
Website: www.afrodad.org